

Governo amplia a moratória da dívida externa

País deixará de pagar no segundo semestre US\$ 1 bilhão aos bancos credores oficiais

Recusa provocou decisão

Caso os governos credores tivessem concordado em conceder, através de suas instituições de crédito, novos financiamentos ao Brasil, após o acerto com o Clube de Paris, em 20 de janeiro, a ampliação da moratória, com a suspensão, por tempo indeterminado, do pagamento das amortizações do principal da dívida, teria sido desnecessária, pois o fluxo de novos financiamentos compensaria os pagamentos.

A recusa dos governos credores de conceder uma prorrogação, por 90 dias, do prazo de início desses pagamentos não deixou ao Governo brasileiro outra alternativa senão suspendê-los, não por motivações políticas, mas aritméticas: não há disponibilidade de reservas para atender a um compromisso de 1,0 bilhão de dólares.

RESERVAS EM DECLÍNIO

Segundo fontes bem informadas, as reservas efetivas do País, aquelas realmente disponíveis, estão por volta de 2,0 bilhões de dólares e não acima de 3,0 bilhões de dólares, conforme têm acentuado as autoridades da área econômica.

De acordo com essas fontes, tudo é uma questão de metodologia de cálculo das reservas. Quando o Governo faz referência a uma

quantia superior a 3,0 bilhões de dólares está contabilizando ativos do Banco do Brasil no exterior, que somam cerca de 1,0 bilhão de dólares, cuja disponibilidade imediata é problemática. Há outros critérios de apropriação de reservas que incluem ativos de liquidez duvidosa, e que somam uma quantia bem maior, dando a impressão de que o País desfruta de uma boa posição cambial.

Os governos credores alegam que não há o compromisso formal de um retorno do fluxo de financiamentos, logo após o acerto com o Clube de Paris, assinalando que não houve nenhum compromisso escrito nesse sentido. Mas o Governo brasileiro garante que esse compromisso ficou implícito, considerando que ele somente não foi sustentado em reação à moratória decretada em 20 de fevereiro.

Por sua vez, argumentam os governos credores que o Brasil não fez os ajustes bilaterais com os representantes do Clube de Paris, para definição das condições de pagamento das dívidas país a país, o que justificou ainda mais a decisão de manter em suspenso o fluxo de recursos.

De fato, apesar de decorridos quase seis meses da assinatura do acordo com o Clube de Paris, até agora os contratos bilaterais somente foram firmados com meia dúzia de países.

Bird prevê estagnação

São Paulo — A recuperação econômica mundial, iniciada em 1983, continua a reduzir seu ritmo, e a menos que os governos adotem uma ação efetiva, o futuro será de estagnação e até de declínio econômico. Esta é a perspectiva anunciada pelo Banco Mundial, que divulgou ontem, simultaneamente em São Paulo, e nas principais capitais do mundo — relatório sobre o desenvolvimento mundial de 1987.

A recente recuperação econômica produziu nos países industrializados um crescimento econômico real de 4,6 por cento do PIB em 1984, paralelamente a

um incremento real de 5,1 por cento do PIB nos países em desenvolvimento. Essas taxas de crescimento reduziram-se no ano passado a cerca de 2,5 a 4,2 por cento. Durante o período, os desequilíbrios de conta corrente entre países industrializados continuaram a ser grandes e as taxas de juros reais mantiveram-se em níveis historicamente altos, na avaliação do Banco Mundial.

Como fato positivo, o relatório aponta que a maioria dos países industrializados manteve baixa a inflação.

O Governo brasileiro vai deixar de pagar neste segundo semestre cerca de 1 bilhão de dólares com a ampliação da moratória para os bancos oficiais e os eximbanks que fazem parte do Clube de Paris. Ontem, o ministro da Fazenda, Bresser Pereira, confirmou oficialmente a decisão do Brasil de não pagar nada referente ao principal da dívida contraída com o clube até 1983.

Esta decisão foi tomada segundo Bresser Pereira, porque os bancos do Clube de Paris não estavam fazendo qualquer desembolso para o Brasil desde a declaração da moratória aos bancos privados no dia 20 de fevereiro deste ano. Ainda quando era ministro o empresário Dilson Funaro. Parece que houve uma espécie de solidariedade destes bancos com os outros e até mesmo os desembolsos contratados com o Brasil em janeiro foram suspenso, frisou o Ministro da Fazenda.

O pagamento dos juros e do dinheiro emprestado ao Brasil depois de 1983 vai continuar a ser pago normalmente, garantiu o ministro Bresser Pereira. Ele informou, ainda, que o pagamento do dinheiro contratado com o Clube de Paris para o primeiro semestre deste ano também continuará a ser quitado.

O Ministro da Fazenda minimizou as consequências desta medida comen-

tando que o Sistema Financeiro Internacional já sabia e esperava por esta decisão do Brasil. "Isto foi bem avisado a eles, não se trata de nenhuma agressão ao confronto, nós estamos protegendo as nossas reservas", garantiu Bresser Pereira.

O ministro fez questão de lembrar que a ampliação da moratória vai possibilitar a manutenção das reservas em dólares do País, e "levar adiante" o programa econômico interno. Ele garantiu que no momento

as reservas brasileiras estão estáveis, mas informou que não pode deixar de tentar aumentá-las até o final deste ano. O ministro Bresser Pereira chegou a falar em diversas oportunidades que o nível ideal de reservas seria de 7 bilhões de dólares.

A queda nas reservas brasileiras também não foi o motivo que levou o Governo a decidir pela ampliação da moratória. Isto porque — segundo Bresser Pereira — elas não estavam crescendo.

Nota justifica medida

Ontem, no final da tarde, o gabinete do ministro da Fazenda distribuiu nota confirmando que o ministro Bresser Pereira já enviou telex ao presidente do Clube de Paris, Jean Claude Trichet, comunicando a ampliação da moratória brasileira aos bancos oficiais e todos os bancos de exportação filiados à instituição.

Na nota ao Clube, Bresser Pereira informa que, com relação ao primeiro semestre, será necessário um prazo maior para o acerto com os bancos credores. Com relação aos vencimentos a partir de ontem (1º de julho), o ministro indicou a impossibilidade de efetuar transferências, diante da necessidade de preservar

as reservas internacionais.

Segundo informações oficiais do Ministério da Fazenda, estima-se que este ano o Brasil terá um fluxo líquido negativo de transferências com o clube de Paris da ordem de 1,9 bilhão de dólares. Em 1985 e 86 o saldo negativo foi cerca de 1,4 bilhão de dólares, e de 200 milhões de dólares, respectivamente, segundo dados oficiais do Ministério da Fazenda.

Este fluxo negativo — de acordo com o Governo brasileiro — é porque o Brasil mantém em dia seus pagamentos em relação a todas as obrigações contraídas após 31 de março de 1983 e as dívidas anteriores, já reescaladas.

Plano sairá na semana que vem

O Plano de Consistência macroeconômica que está sendo elaborado pelos técnicos do Ministério da Fazenda e Banco Central só ficará pronto na próxima semana. A previsão de que o presidente José Sarney receberia o plano ontem das mãos do ministro da Fazenda, Bresser Pereira, foi descartado pelo próprio ministro.

A alegação de Bresser Pereira é de que este novo plano vai estabelecer metas trimestrais para redução do déficit público, o que gera mais dificuldades para detalhar todas as propostas para chegar a esta meta. Para este ano o déficit público, segundo o ministro, está próximo do número estabelecido pelo presidente José Sarney no seu último pronunciamento, de

3,5 por cento do Produto Interno Bruto (PIB).

Para o próximo ano o ministro Bresser Pereira não quis precisar qual a meta já em estudo. Ele informou, apenas que o Plano de Consistência macroeconômica em fim de elaboração vai estabelecer metas trimestrais para o déficit público, também para o próximo ano. Ele chegou a concordar com a sugestão de um número perto dos 2,5 por cento do PIB.

Sobre a repercussão do seu pronunciamento anteontem na Câmara dos Deputados, o ministro disse que é boa porque até o momento só tinha recebido elogios. No seu pronunciamento o ministro revelou que o programa do seu partido, o PMDB, agora no po-

der, não pode ser o mesmo que o adotado quando estava na oposição. Isto causou mal-estar entre muitos deputados e senadores do PMDB que assistiam ao pronunciamento do ministro.

Ele voltou a comentar sobre a comparação que fez entre o programa do PMDB e a Bíblia, dizendo que nem mesmo os cristãos obedeciam fielmente as escrituras sagradas, podendo interpretá-las cada um à sua maneira. Bresser Pereira — que é um dos principais economistas do PMDB — observou que programa imutável somente o do partido nazista e talvez o do partido comunista. "O do PMDB não pode ser assim porque é um partido democrático", frisou.